

ELIANE OLIVEIRA
@elianeoliveira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu apoiar a ação movida pela África do Sul contra o Estado de Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em que acusa as autoridades israelenses de cometerem um "genocídio" contra os palestinos na Faixa de Gaza. O caso sul-africano deve ser analisado hoje e amanhã pela CIJ, órgão da ONU, em Haia.

O enclave palestino, controlado pelo Hamas, está sob ataque e cerco israelense desde 7 de outubro, quando terroristas do grupo fundamentalista cometeram o pior ataque em solo israelense desde a formação do país, em 1948 — foram 1,2 mil mortos e 240 pessoas feitas reféns. Como resposta, Israel lançou a ofensiva militar que, segundo o Ministério de Saúde do Hamas, deixou até agora ao menos 23.357 mortos, em sua maioria mulheres e menores.

CONVENÇÃO DE 1948

Ao se reunir na manhã de ontem com o embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben, e ouvir dele o apelo para que o Brasil apoiasse a iniciativa sul-africana, Lula disse que ainda não tinha uma posição. A decisão, contudo, foi anunciada horas depois em nota divulgada pelo Itamaraty.

Aluz das flagrantes violações ao direito internacional humanitário, o presidente manifestou seu apoio à iniciativa da África do Sul de acionar a Corte Internacional de Justiça para que determine que Israel cesse imediatamente todos os atos e medidas que possam constituir genocídio ou crimes relacionados nos termos da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio", diz um trecho do comunicado.

Em uma petição de mais de 80 páginas, a África do Sul argumenta que Israel estaria violando essa convenção por "não agir para impedir a realização de um genocídio, por conspirar para a realização de um genocídio e por impedir a investigação



Desalmados. Palestinos cercam os corpos de membros da família e Heifa mortos em um ataque israelense em Gaza contra um líder do Hamas: vários corpos no encalhe palestino passaram de 23 mil

Lula apoia petição da África do Sul contra Israel por genocídio

Corte Internacional de Justiça avalia hoje e amanhã se ataques israelenses em Gaza podem receber a classificação do crime

e a punição de um genocídio", entre outras alegações.

Todas essas condutas são previstas na convenção de 1948, criada após a Segunda Guerra Mundial por causa do Holocausto, genocídio de judeus em solo europeu liderado pelo regime nazista. Segundo o documento sul-africano, "os atos e omissões de Israel denunciadas pela África do Sul são de caráter genocida porque têm a intenção de destruir uma parte substancial do grupo nacional, racial e étnico palestino, que é a parcela do grupo palestino

na Faixa de Gaza".

A petição sul-africana deve ser o início de um longo processo, porque o genocídio é uma figura jurídica que impõe muitos obstáculos para verificação. Para caracterizar-se como genocídio, além de constatarem-se atos de violência específicos contra um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, é necessário provar uma vontade especial de eliminação, total ou parcial, do grupo em questão.

A nota do Itamaraty menciona a reunião entre Lula e

Alzeben para discutir a situação dos palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, depois de mais de três meses de conflito entre Israel e o Hamas. No encontro, o presidente ressaltou que o Brasil condenou os ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro, mas reiterou que tais atos não justificam o uso "indiscriminado, recorrente e desproporcional" de força por Israel contra civis.

"Já são mais de 23 mil mortos, dos quais 70% são mulheres e crianças, e há 7 mil desaparecidos. Mais de

80% da população foi objeto de transferência forçada e os sistemas de saúde, de fornecimento de água, energia e alimentos estão colapsados, o que caracteriza punição coletiva", diz o texto.

De acordo com o Itamaraty, Lula ressaltou os esforços que fez pessoalmente junto a vários chefes de Estado e de governo em prol do cessar-fogo, da libertação dos reféns em poder do Hamas — ainda há 132 em mãos do grupo e aliados — e da criação de corredores humanitários para a proteção dos civis. Destacou, ainda, a "ação incansável" do Brasil no exercício da presidência do Conselho de Segurança da ONU por uma saída diplomática para o conflito.

SOLUÇÃO DE DOIS ESTADOS

"O governo brasileiro reitera a defesa da solução de dois Estados, com um Estado palestino economicamente viável convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas, que incluem

a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital", conclui a nota.

Essa não foi a primeira vez que o governo Lula adotou uma posição crítica contra as ações de Israel na Faixa de Gaza, incluindo as comparando com "atos de terrorismo".

INVERSAO DA REALIDADE

Após a divulgação da nota brasileira, a Confederação Brasileira do Brasil (Conib) condenou a decisão do governo Lula de apoiar a petição sul-africana, afirmando que "diverge da posição de equilíbrio e moderação da política externa brasileira".

A Conib também afirma que "a ação sul-africana é uma inversão da realidade", pontuando que Israel está "apenas se defendendo de um inimigo" após ter o povo judeu ter sofrido o ataque mais mortal desde o Holocausto.

"É frustrante ver o governo brasileiro apoiar uma ação cínica e perversa como essa, que visa impedir Israel de se defender de seus inimigos genocidas", conclui a nota.

EUA e Reino Unido repelem ataque com 18 drones

Armas aéreas e três mísseis foram disparados por rebeldes houthi no Mar Vermelho; Washington acusa Irã de cumplicidade

REPORTAGEM DE LUCAS

Os exércitos britânico e americano repeliram um dos "maiores ataques" até agora de rebeldes houthi do Iêmen no Mar Vermelho, anunciou ontem o ministro da Defesa britânico, Grant Shapps.

"Durante a noite", o navio britânico HMS Diamond, juntamente com navios de guerra americanos, "repeliram com sucesso o maior ataque até agora no Mar Vermelho por parte dos houthi, apoiados pelo Irã", escreveu o ministro na rede social X.

Segundo o Comando Central dos EUA (Centcom), nesta terça-feira, seus militares, juntamente com o Reino Unido, abateram 18 drones e três mísseis lançados pelos houthi no Mar Vermelho, em várias ocasiões, alegando que o faziam em apoio aos palestinos em Gaza.

Os ataques, que ocorreram em uma importante rota de navegação comercial, levaram os EUA a lançarem uma força naval multinacional no início deste mês para proteger os na-

maricados (Centcom).

O ataque ocorreu uma semana depois de 12 países, liderados pelos Estados Unidos, alertarem os houthi sobre as consequências dos seus ataques se não parassem imediatamente de disparar contra navios comerciais.

Desde novembro, foram registradas mais de cem ataques de drones e mísseis no Mar Vermelho e Golfo do Aden, por onde passa cerca de 12% de todo o comércio marítimo mundial.

VITAL PARA A NAVEGAÇÃO

Desde que o conflito entre Israel e o Hamas começou, após o ataque mortal do movimento islâmico palestino em território israelense em 7 de outubro, os houthi atacaram navios no Mar Vermelho em várias ocasiões, alegando que o faziam em apoio aos palestinos em Gaza.

Os ataques, que ocorreram em uma importante rota de navegação comercial, levaram os EUA a lançarem uma força naval multinacional no início deste mês para proteger os na-



Rota estratégica. Região do Mar Vermelho e do Golfo do Aden, por onde passam 12% do comércio marítimo mundial

vios que navegam no Mar Vermelho rumo ao Canal de Suez.

Por sua vez, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, acusou ontem o Irã de estar por trás da onda de ataques realizados por rebeldes houthi contra embarcações no Mar Vermelho, afirmando que Washington e outros países já deixaram claro a Teerã

que o apoio a essas ações tem de parar.

— Esses ataques contaram com a cumplicidade do Irã mediante tecnologia, equipamentos, inteligência, informação, e têm um impacto real na vida das pessoas — afirmou o chefe da diplomacia americana durante uma coletiva no Bahrein, sua última parada em um giro iniciado semana

passada por Europa e Oriente Médio. — Como nós e outros países já deixaram claro, haverá consequências para as ações dos houthi.

Os EUA e aliados avaliam como impedir ataques da milícia contra navios comerciais no Mar Vermelho.

As agressões, feitas com drones e mísseis a partir da área controlada pelos houthi

no Iêmen, forçaram as maiores companhias de navegação do mundo a afastar embarcações da região, criando atrasos e custos extras que vêm sendo sentidos pela alta de preços do petróleo e de outros produtos importados.

AMEAÇA BRITÂNICA

Na semana passada, o governo de Joe Biden e vários aliados disseram que fariam os houthi pagar pelos ataques, um alerta que sugeriu que Washington pode considerar ações de retaliação no território houthi no Iêmen, disseram autoridades militares ouvidas pelo New York Times. Mas, em vez de recuar, os houthi parecem ter aumentado suas ações.

— Esses ataques são ilegais, incoerentes e estimulam uma escalada — disse John Kirby, um dos porta-vozes da Casa Branca, acrescentando sem dar detalhes: — Faremos o que for necessário para proteger a navegação no Mar Vermelho.

Em entrevista à TV, o ministro da Defesa britânico, Grant Shapps, disse que Londres considera adotar uma ação militar se os houthi não interromperem suas agressões. — A coisa mais simples a dizer é "fiquem de olho nesse espaço" — afirmou Shapps.